

## **A polícia política e o movimento estudantil: a “repressão” na transição democrática**

GISLENE EDWIGES DE LACERDA\*

Com frequência, nos deparamos com a associação entre a repressão e a geração que atuou na luta política em 1968. Uma repressão marcada por torturas, mortes, desaparecimentos e pela dura violência do Estado. Todos estes, causadores de traumas em uma geração que sofreu fisicamente os efeitos da ação da ditadura. Por outro lado, entendemos ser necessário pensar a relação da geração estudantil da transição democrática com as ações da repressão no intuito de compreender como a ditadura marcou essa geração que viveu um momento distinto da geração de 1968, mas que ainda vivia uma ditadura.

Segundo o historiador e professor da UFMG Rodrigo Patto Motta, “é imprescindível perceber que o regime militar, para perdurar, adotou outras armas além da violência”. Assim, o “Estado combinou a violência com estratégias de negociação e acomodação, para aplacar as oposições e reduzir a resistência ao seu poder” (MOTTA, 2014, p. 55).

As universidades por seu caráter de formação intelectual tornaram-se um espaço privilegiado para “perceber as ambiguidades do regime militar, bem como suas estratégias para aplacar os descontentes e seduzir as elites intelectuais” (Idem).

As universidades foram um dos alvos principais do projeto modernizador da ditadura, pelo papel que elas têm na preparação de elites administrativas, de tecnólogos e cientistas, mas também por sua importância política, como formadoras de lideranças intelectuais (MOTTA, 2014, p.56).

A apropriação por parte do regime militar de uma demanda da atuação da esquerda pré-1964 fez com que, depois de ensaiada entre 1965 e 1967, a reforma universitária fosse lançada efetivamente em 1968, contudo, como não poderia deixar de ser, retirando os traços esquerdistas das demandas da reforma (MOTTA, 2014, p.56). De acordo ainda com Rodrigo Patto, “o objetivo era conectar as universidades aos trilhos do projeto desenvolvimentista autoritário, mas a motivação política de desmobilizar o radicalismo estudantil e seduzir os intelectuais foi fundamental” (Idem).

A reforma adotava um caráter de “modernização conservadora autoritária”, nos termos usados por Motta. Para o autor, a reforma universitária implicava em seu eixo modernizante às seguintes propostas:

---

\* Doutoranda Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Racionalização de recursos; busca de eficiência; expansão de vagas na graduação; mudanças nos exames vestibulares, aumento da participação da iniciativa privada no ensino superior; reorganização da carreira docente federal, com melhores salários e dedicação exclusiva; criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras; fomento à pesquisa, com aumento nas verbas e financiamentos; criação de cursos de pós-graduação; incremento nas bolsas de estudos para formação de docentes no exterior; e criação de novas universidades federais e estaduais, com um projeto milionário de construção de novos *campi* (MOTTA, 2014, p. 56-57)<sup>2</sup>.

No eixo conservador das políticas universitárias, a ditadura sofreu o impulso de forças que buscaram impor uma agenda conservadora mais ampla, que não se contentava apenas em expurgar da universidade a esquerda revolucionária, mas desejava adotar medidas de valores tradicionais, como a pátria e a religião, bem como censurar todo comportamento considerado desviante do ponto de vista moral (MOTTA, 2014: 57). Assim, o regime militar reprimiu qualquer expressão que fosse considerada subversiva e buscava controlar todas as expressões culturais e políticas nas universidades. O movimento estudantil foi um de seus principais alvos dentro dos *campi*. Além disto, criou as Assessorias de Segurança e Informações (ASI's) órgãos que tinham por funções vigiar e controlar a comunidade universitária, censurar publicações, livros e pesquisas, criar disciplinas voltadas para a formação moral e civismo e desenvolver iniciativas como o Projeto Rondon (Idem).

No Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicado no fim de 2014, consta a identificação da criação de vários órgãos de informação ao longo de 1973. No que tange ao movimento estudantil, foi criado, junto ao MEC, as ASI que ganharam maior amplitude a partir de 1975 e foram importantes instrumentos no controle e na investigação das ações estudantis.

A portaria interna do Ministério que criou a Comunidade apontou para a necessidade de reformulação dos regulamentos dos órgãos para incorporação em seus regimentos das estruturas de informação (Assessorias de Informação). Ao longo de 1973, o MEC efetivou a implantação da Comunidade Setorial de Informações, com a criação das Assessorias de Segurança e Informações (ASI) – conforme o Ofício do Diretor da Divisão de Segurança e Informações do MEC ao Assessor Especial da Universidade Federal de Minas Gerais, datado de 25 de junho de 1973 –, mesmo que algumas dessas assessorias já mantivessem funcionamento em anos anteriores. Em junho de 1975, o Ministério já contava mais de 40 elementos de informações organizados em assessorias de segurança e informações. O crescimento das Comunidades Setoriais de Informações e a necessidade de controle dos dados coletados impulsionaram a reorganização e a redefinição do

---

<sup>2</sup> Segundo dados do autor, em 1964 havia 23 cursos de pós-graduação no Brasil, ao passo que em 1974 ultrapassavam a marca de 400; o número de estudantes universitários subiu de 140 mil em 1964 para 1 milhão e 300 mil em 1979; as bolsas de pós-graduação financiadas pelas agências federais (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ) passaram de aproximadamente 1000 em 1964 para cerca de 10 mil em 1976 (MOTTA, 2014, p.57).

papel das Divisões de Segurança e Informações. Em 1975, as DSI foram formalmente definidas como órgãos centrais dos Sistemas Setoriais de Informações e Contra informações dos Ministérios Cíveis e suas sedes deveriam, obrigatoriamente, estar localizadas em Brasília (Relatório da CNV, vol. II, p. 273)<sup>3</sup>.

No espaço da universidade foi possível perceber com clareza as contradições do regime através de políticas ambíguas, pois simultaneamente procurava modernizar e reprimir, reformar e censurar (MOTTA, 2014, p. 58). “Se o radicalismo acadêmico não transpusesse os muros das faculdades, maiores as chances de ser tolerado e de não atrair medidas repressivas” (Idem).

Ao analisar a documentação da Polícia Política do Rio de Janeiro a partir de 1974, encontramos constantes relatórios sobre o movimento estudantil e seus militantes, textos estes redigidos por policiais infiltrados. O objetivo era vigiar todas as manifestações, reuniões e atuações públicas. Com bastante frequência, falas e intervenções nas assembleias foram transcritas praticamente na íntegra.

Muitas vezes, os relatórios mostram a organização policial para planejamento antecipando um cerco ao Movimento Estudantil por prever manifestações, mesmo já nos anos 1980, como foi o caso envolvendo Javier Alfaya em 1982.

Javier foi eleito presidente da UNE durante o XXXIII Congresso, em 1981. O Ministério da Justiça tentou expulsar o estudante do país ao constatar que o rapaz era natural da Espanha. Em reação, jovens lançaram a campanha nacional “Javier é brasileiro”<sup>4</sup>. O episódio revela todo o aparato de vigilância e informação articulado pela repressão e o quanto ele permaneceu ativo mesmo em momentos em que a transição já se encontrava em estágio bem avançado em seu curso político. Grande parte dos estudantes que participaram das manifestações que se seguiram àquela pauta foram fichados, e todas as assembleias foram descritas detalhadamente em relatório da polícia política. Inúmeros foram os relatórios produzidos sobre o caso, com descrições dos atos, das manifestações, dos panfletos distribuídos, dos cartazes colados, entre outros.

Por vezes eram organizadas operações especiais de investigação, informação e controle da repressão, como foi o caso da *Operação Águia*, organizada pela Polícia Política do Estado do Rio de Janeiro para controle das ações estudantis cariocas durante o mês de maio de 1977. O foco inicial fora nos participantes do Ato Público ocorrido no dia 10 de maio

---

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_2\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2015.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.une.org.br/2011/09/linha-do-tempo/>> Acesso em: 28 fev. 2015.

4

de 1977, após Assembleia na PUC convocada em apoio às manifestações em São Paulo pela libertação dos estudantes presos no 1º de maio no ABC.

No dossiê elaborado pela polícia política do RJ, relatórios de policiais infiltrados nas assembleias e nas manifestações, fotografias do passo a passo do movimento estudantil carioca no mês de maio, documentos produzidos pelo ME como cartas distribuídas à população, convites para participação nas assembleias, entre outros. Além disto, compõe o dossiê os Termos de Declaração de 21 estudantes que foram intimados a depor no DOPS após participarem das ações estudantis.

Com o intuito de apresentar uma síntese desses 21 casos, adiante há uma tabela onde organizamos os dados dos depoentes, sua identificação com curso/universidade, data em que compareceram ao DEOPS, bem como um resumo dos depoimentos de cada estudante. Esses depoimentos de estudantes de diferentes instituições de ensino superior do Rio de Janeiro aconteceram entre os dias 17 de maio e 1º de junho, período em que tiveram que responder sobre sua trajetória estudantil e os motivos de sua participação no Ato Público do dia 10 de maio de 1977. Os interrogatórios foram uma tentativa militar de intimidar o movimento estudantil que ganhava grande impulso na mobilização política de massas naquele momento.

**Tabela dos Termos de Declaração da Operação Águia<sup>5</sup>**

Nome do Declarante	Curso / Universidade	Data do depoimento	Síntese do depoimento
Augusto Sérvulo Cintra de Melo	Economia / UFF	19/05/1977	Declara que apenas participou do cine clube e que por ser único presente em reunião assumiu cargos no DA economia e no DCE UFF mas que pós 76 não mais militou e negou envolvimento em vários casos. Declarou que só tomou conhecimento dos acontecimentos do ME pela imprensa. Declara apoiar das liberdades democráticas no Brasil e da libertação dos presos políticos. Se refere aos estudantes presos em São Paulo como simples estudantes injustiçados e não estavam envolvidos em atos subversivos. Mas nega envolvimento em ações estudantis.
Mario Olímpio de Menezes Athaíde Silva	Pedagogia / UERJ	19/05/1977	Fundou grupo de teatro “Mundo não tem porteira” e defende a sua atuação no cultural e nega envolvimento nas ações estudantis. Se declara patriota, trabalhador e chefe de família.
Luiz Antônio Correia de Carvalho	Filosofia / PUC RJ	19/05/1977	Editor da Revista Ágora - declara que em 1972 a presidente do DCE foi presa e houve grande concentração na PUC. Em 1973 foi estudar filosofia no Chile e lá foi detido por alguns dias por ocasião da deposição de

<sup>5</sup> ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Operação Águia. Fundo Polícia Política, Setor Estudantil, Pasta 61, caixa 550, maço 1.

			Allende. Sendo liberado foi para França para continuar estudos. Ao regressar ao Brasil filiou-se a Associação de Pós-graduandos. Alunos da pós realizaram greve paralela em apoio a greve dos graduandos por conta de melhores bolsas.
Elizabeth Felipe Carvalho	Ciências Sociais / UERJ	20/05/1977	Fundadora do cine-clube RACIOCINE, declara ter conhecimento da distribuição do jornal “Resistência” e “Novo Curso” e que participou do Ato Público na PUC a fim de exigir a liberdade de estudantes e operários presos em SP.
Francisco Campos Braga Filho	Medicina / UFRJ	19/05/1977	Declara que participou de reuniões visando melhoria de ensino, passeatas por mais vagas em pronto-socorro, participou do abaixo-assinado enviado ao ministro Ney Braga a fim de solicitar término das obras do Hospital Universitário do Fundão e declara que participou de ato público na PUC RJ em solidariedade aos estudantes presos em SP.
Aloysio Henrique Castelo de Carvalho	História / PUC RJ	19/05/1977	Declara que em 1974 houve plebiscito na PUC para saber a opinião dos alunos sobre o bandeirão e ocupação estudantil. Concorreu a presidência do DCE em 1975 e perdeu e em 1976 ganhou com as palavras de ordem contra a Política educacional do governo. Foi suspenso por 15 dias por liderar reunião sobre o aumento das mensalidades e crédito educativo. Presidiu as manifestações em solidariedade aos presos de SP. Fez contato com tio que era Brigadeiro da Aeronáutica.
Silvia Ramos de Souza	Psicologia / PUC RJ	18/05/1977 e 26/05/1977	<b>1º depoimento:</b> Declara participação nas manifestações feitas por conta do aumento das mensalidades, apoio a professores demitidos, melhoria no Restaurante e pela liberdade de presos políticos. <b>2º depoimento:</b> Segundo relato da polícia, Silvia compareceu a Assembleia na PUC no dia seguinte a sua declaração na delegacia e teria dito que foi mal tratada no DPPS. Ela defende que não participou de tal Assembleia pois viajou para SP naquela data.
Danilo Barata Werneck Genofre	Engenharia / PUC RJ	18/05/1977	Declara que concorreu as eleições do DCE em 1976 com a chapa Viração e era a favor das liberdades democráticas e apoiava as candidaturas do MDB. Declara que participou da greve geral dos alunos devido ao aumento do valor das mensalidades mas declara não ter participado do Ato pela liberdade de presos políticos porque constatou a presença de elementos estranhos.
Luiz Antônio Alt.	Serviço Social / UERJ	18/05/1977	Coordenador do jornal “Mundo sem porteira”, declara apoiar candidaturas do MDB. Declara ter atuado ativamente no ME no ano de 1976. Declara ter participado de assembleia na UERJ em solidariedade aos presos políticos, sendo aprovado o apoio ao ato público na PUC no dia 19/05/77
Milena Piraccini Duchiede	Medicina / UFRJ	18/05/1977	Declara ter sido representante de turma e atuado no Jornal dos estudantes de medicina “Luz de Vela” e ter participado de encontros científicos de estudantes de medicina. Declara desconhecer panfletos apresentados e termos da esquerda estudantil - trotskista, peguistas, reformistas – bem como não ter se envolvido e outras atividades políticas. Declara acreditar que as mortes cometidas também pela esquerda como pela polícia devam ser esquecidas em nome de uma reconciliação nacional. Comenta sobre uma concentração de estudantes

			na PUC que contou com a presença de muitos representantes de entidades e também mães de presos políticos (mãe de Cid e Cesar Bejamin) onde se decidiu pela criação de um Comitê pela anistia ampla.
Paulo Roberto de Araújo Abrantes	Psicologia / PUC	17/05/1977	Se declarou defensor da liberdade de reunião dos estudantes. Participou da Assembleia da PUC em 1975 pelo preço do bandeirão. Em 1976 participou da chapa Alternativa, eleita para o DCE. Declarou ter participado de todos os atos em maio de 1977 na PUC e ser membro do comitê 1º de maio.
Jorge Henrique Guimarães Pessoa	Engenharia / PUC RJ – após história / PUC RJ.	02/06/1977	Membro do DCE pela chapa Viração. Declara ter participado da greve na PUC contra aumento das mensalidades e ter apoiado os candidatos do MDB nas últimas eleições. Declara não conhecer nenhum jornalista que cobriu o ME. Declara não pertencer a nenhuma organização de esquerda apesar de já ter lido Marx. Diz não ter ideia formada sobre a anistia e que seu pai era coronel do exército da ativa.
Mario Gawryszewski	Medicina / PUC RJ	02/06/1977	Aluno foi chamado para dar declaração após ser detido com seu irmão vendendo publicação do DCE da PUC. Declara não ter relação com o ME e ter votado no MDB sem ser orientado por ninguém.
Maria de Fátima Santos	Serviço Social / UERJ	01/06/1977	Declara nunca ter se envolvido com o ME e ter comparecido sozinha ao Ato Público no dia 10 de maio por achar a reivindicação das liberdades democráticas justa.
José Mendes Ribeiro	Medicina / UERJ	01/06/1977	Declara nunca ter participado do ME e que foi ao ato público sozinho no dia 10 de maio. Defende a anistia ampla desde que não tenha sido cometido atos criminosos.
Luiza Maria Santana Spinetti	Medicina / UERJ	30/05/1977	Declara não ter participado do ME e discorda do plano educacional do governo. Participou do projeto Rondon. Participou de encontro nacional dos estudantes em SP em 1976. Compareceu ao ato público na PUC e declara desconhecer jornalistas envolvidos com o ME.
Clovis Gentil de Magalhães Costa	Economia / UFRJ	27/05/1977	Membro do Cine-clubes que foi fechado após a Semana de Calouros em 1974 devido ao excesso de consumo de cerveja no campus. Declarou ter participado dos atos na PUC no dia 10.05 e no dia 19.05.
Carlos Henrique Vianna Pereira	Não identificado	29/05/1977	Participou do ME secundarista, foi preso em 1968 e liberado em seguida, associou-se a AMES – Associação metropolitana dos estudantes secundaristas. Filiou-se a VAR-Palmares (com a qual declara que rompeu ao grupo adotar a ação armada) e fugiu do país ao ser procurado pela polícia. Morou em Santiago até a queda de Allende. Voltou ao Brasil em 1974.
André Maurício Lima Barreto	PUC RJ / Curso não identificado	25/05/1977	Declara ser a favor da abertura do ME e do comitê 1º de maio a todos que desejem participar. Declara que o comitê irá organizar uma Semana da Anistia.
Maria Cristina Portella Ribeiro	Comunicação / UFF	23/05/1977	Declara que participou da criação do Diretório Acadêmico e que assistiu ao Ato Público na PUC onde acompanhou a discussão sobre a anistia irrestrita e as liberdades democráticas. Defende que não há influência externa dentro do ME e que seus irmãos não participam do ME.
Maria Luiza de Lima Aguilar	Medicina / UERJ	25/05/1977	Declara desconhecer qualquer organização estudantil e a participação em encontros de medicina. Declara ter comparecido a reuniões na UERJ no dia 9 e 16 de maio

Fernandes			para decidir se os alunos da UERJ iriam apoiar atos na PUC RJ. Disse participar de reunião no dia 23 de maio na UERJ onde os estudantes criticavam a polícia por considerarem as intimações como intimidações ao ME. Declara não ter participado da criação da UME.
-----------	--	--	---

Os estudantes declarantes, em sua maioria, afirmavam ser a favor das liberdades democráticas. Outros afirmavam não saber exatamente do que se tratava as manifestações ou Atos Públicos, pois estavam por acaso nas ações estudantis, retirando-se destas ao entender do que se tratava. Muitos reconheciam nas declarações que estiveram presentes nas ações estudantis, mas afirmavam desconhecer várias expressões questionadas pelos militares, relacionadas a nomes e grupos políticos como trotskista, peguistas, moderados e reformistas. Nos interrogatórios eram apresentados panfletos apreendidos durante as assembleias aos estudantes, que em geral afirmavam não ter conhecimento sobre o mesmo. Em outros casos, os estudantes afirmavam sua participação no ato investigado e defendiam seus objetivos abertamente em seus depoimentos. Tal dinâmica é muito representativo do momento político vivido, regido pela dialética entre medo e coragem definido na abertura que paradoxalmente avançava dando passos de retrocesso.

Contudo, as intimações para o depoimento causaram uma reação dentro do movimento estudantil, que buscava denunciar essa medida repressiva. O DCE da PUC-Rio e o Comitê 1º de maio lançaram a nota *Estudantes da PUC chamados 'a depor'*, em que informavam que três estudantes da PUC (Paulo Roberto de Araújo Abrantes – o Bebeto – aluno de Filosofia e membro do DCE); Carlos Wagner (Carlinhos – aluno de Engenharia); e James Lewis Gorman (aluno de História) haviam recebido intimação para depor. Também denunciavam a ditadura que mantinha a repressão de diversas formas, “desde intimações até prisões, tortura e tropas de choque nas ruas”, com o objetivo de “desmobilizar e intimidar aqueles que hoje lutam para defender os interesses dos estudantes e dos outros setores oprimidos da população”. Desta forma, convocavam os estudantes a tomar algumas providências a fim de garantir a segurança daqueles rapazes intimados a depor, acompanhados pelos advogados, pelos pais ou mesmo pelo reitor da PUC. Amplamente distribuído, o impresso convidava todos a se manterem mobilizados e esperarem juntos pelo retorno dos alunos depoentes, o que deixava subentendido que, caso os três não voltassem até o tempo estipulado, o movimento deveria realizar uma Assembleia Geral e Greve Geral até o retorno de todos<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Estudantes da PUC chamados a depor. Dossiê da Operação Águia. Fundo Polícia Política, Setor Estudantil, Pasta 61, caixa 550, maço 1.

Dentre os documentos anexados ao dossiê Operação Águia, há também um panfleto assinado pelo “Movimento Democrático Estudantil”. Tal denominação representava uma nítida expressão direitista estudantil que tecia críticas à presença de alguns grupos de esquerda nas assembleias, chamando-os de “máfia ideológica”. Além disto, criticavam a presença da mãe de Cid e César Benjamin<sup>7</sup> na assembleia da PUC, acusando-a de, após lançar seus filhos “no terrorismo e na desgraça”, tentar “obter novos discípulos”<sup>8</sup>. Esse grupo, mascarado pela ideia de democracia contida em seu nome, objetivava ser um braço de apoio militar dentro do movimento estudantil, buscando desmoralizar e desmotivar a luta política do ME.

Nos documentos confidenciais da polícia política identificamos, como uma das estratégias adotadas pelo Centro de Coordenação de Operações de Segurança, a montagem de uma operação de emergência estudantil em maio de 1977. A partir da hipótese policial que previa a realização de um dia de luta estudantil no dia 19 de maio em vários *campi* da cidade do Rio de Janeiro, estabeleceram como missão “limitar a manifestação à concentração no interior dos *campi*”. E como manobra “impedir a exteriorização da manifestação (passeatas e depredações) através de ações repressivas da Força de Choque”<sup>9</sup>.

Para além das operações especiais, ao analisar os documentos da polícia política, encontramos resenhas diárias da Seção de Buscas Especiais sobre o Movimento Estudantil e seus membros. Vários são os pedidos de busca solicitados pelo Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) para a identificação dos estudantes de um estado em atividade de militância em outro, entre outras ações.

Nas ações mais cotidianas, entre meados dos anos 1970 e meados dos anos 1980, os órgãos de repressão tinham por intento vigiar e intimidar. Todos os passos dos principais líderes estudantis estavam registrados; e todas as suas ações, totalmente mapeadas e registradas. Uma vez mais, vale ressaltar o fato de toda essa ação ter se prolongado por todo o período militar, mesmo em momentos em que a transição já tomava forma concreta. De forma geral, agências como o SNI permaneceram ativas até 1990, o que indicia a demora no desmonte do caráter repressivo, fruto das características do processo de transição democrática brasileiro (MOTTA, 2014, p. 64).

---

<sup>7</sup> Membros do MR-8 que militaram na luta armada e foram presos pela repressão.

<sup>8</sup> Idem, Panfleto do Movimento Democrático Estudantil. Dossiê da Operação Águia; Fundo Polícia Política. Setor Estudantil. Pasta 61. Caixa 550. Maço 1.

<sup>9</sup> Idem, Documento confidencial do Centro de Coordenação de Operações de Segurança. Dossiê da Operação Águia; Fundo Polícia Política. Setor Estudantil. Pasta 61. Caixa 550. Maço 1.

A confiança no novo momento vivido, principalmente a partir de 1977, dava aos militantes maior coragem de avançar na luta política, pois avaliavam que não havia mais espaço para a tortura. Contudo, ações de prisões, torturas e mortes continuavam acontecendo mesmo durante o período da transição. Entre os militantes havia a estratégia combinada de sempre se declararem defendendo os princípios democráticos, buscando o que seria legal, e esquivando-se de relacionar-se a qualquer organização clandestina.

A diferença entre as formas de repressão em 1968 e posteriormente no período da transição é clara. Sem dúvida, os duros anos entre 1968 e 1973, vividos pela geração deste contexto, jamais poderão ser compreendidos completamente pelos seus impactos sobre uma geração que foi duramente abalada, de uma forma mais ampla, pela tortura. Nos anos 1970, a repressão deu-se mais amplamente pela vigilância, pelo controle e pela tortura psicológica através do medo e intimidação. Era um novo contexto, mas, que mesmo assim, não deixou livre seus membros da tortura e violências físicas. As medidas repressivas se mesclavam e alternavam àquelas que sinalizavam o avanço da abertura.

Contudo, devido a esta diferença há uma tendência a relativizar a realidade vivida a partir de meados dos anos 1970, do qual muitos chegam a afirmar que neste período não houve repressão comparada à realidade de 1968. Pensamos ser necessário compreender a realidade de cada contexto e perceber as especificidades de cada momento da ditadura, não compreendendo-o para além de generalizações, mas sim suas especificidades. Medir níveis de violência estatal, para se definir um momento ou mesmo uma geração mais heroica do que outra, é desconsiderar as especificidades de cada período dentro da ditadura e desconhecer as características de um tempo em que, apesar da contemplação das possibilidades de se avançar na luta política, ainda vivia sob o julgo da mesma ditadura que matou e torturou nos anos 1960 e que ainda mantinha seus mesmos objetivos de aniquilar a oposição.

Lígia Bahia, ex-militante do MR-8, estudante de Medicina na UFRJ no período da transição, em seu depoimento registra sua interpretação quanto ao caráter de repressão vivido a partir de meados dos anos 1970:

Eu acho que eles roubaram da gente um monte de possibilidades. Sem dúvida! Nós somos uma geração da ditadura... Então, o medo que era uma coisa horrível, nós tínhamos muito, muito medo! Não era pouco não! Era muito medo! [...] Nós não conseguíamos analisar aquele medo! Que é o pior dos mundos! O que estava se passando naquele momento? [...] Porque se a gente conseguisse ter elementos pra analisar, pra compreender, pra conversar, não! Nós não tínhamos! Então, eu penso que não é “infância roubada!”, não é isso! Mas, talvez, assim, um sequestro analítico! Eles impediram que a gente fosse capaz de compreender esse momento da vida que é um momento importante! Historicamente importante! E talvez a gente

tenha assim, de tanto medo. Esse vazio em relação ao movimento, né? Como a gente se inscreve na história? Talvez a gente não tenha se inscrito tão protagonicamente na história por medo também. Por medo! “Tá bom! Então nosso papel é assim! Não queremos ir muito longe!”. Por querer viver! Por querer não morrer!<sup>10</sup>

Na fala de Lígia Bahia há uma valorização da questão do medo herdado da geração anterior com a opção da geração da transição pelo não enfrentamento, em que se priorizava - a defesa da vida. Desta forma, Lígia relaciona a esta questão o fato de sua geração não receber um reconhecimento de protagonista na luta política contra a ditadura, pela ausência das marcas físicas da repressão que poderiam heroificá-la.

A juventude que atuou no movimento estudantil a partir de 1973 é uma geração que cresceu e se formou sob uma ditadura que nela embutiu o medo e também uma releitura de seu próprio papel. Essa geração não desejava viver o que viu acontecer com seus irmãos mais velhos; ela prezava pela vida e não queria morrer. Como bandeira, levou a denúncia das arbitrariedades militares que “intimidavam” aqueles que se envolviam na oposição à ditadura. Um novo contexto impunha dificuldades para que essa ação de violência estatal se mantivesse com os mesmos níveis dos anos anteriores. Contudo, a ambiguidade característica da ditadura se expressa, nesse momento de abertura, ampliando o número de mortos e desaparecidos pelo regime. Muitas prisões duraram anos, outras duraram horas ou poucos dias. Alguns chegam hoje com marcas do medo e traumas da perseguição e vigilância política, outros com marcas no corpo, traumas profundos da violência física vivida. Todas são tristes marcas de uma mesma ditadura. Todos são heróis da resistência, responsáveis pelo fim de um regime de exceção e pela construção da democracia brasileira.

### **Referências Bibliográficas**

ARAÚJO, Maria Paula N.. *Memórias estudantis* – Da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ARAÚJO, Maria Paula N.. Estratégias de resistência e memória da luta contra o regime militar no Brasil (1964-1985). MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2006;

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Volume 4. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

---

<sup>10</sup> BAHIA, Lígia. Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2014.

LACERDA, Gislene Edwiges de. *Memórias de Esquerda: O Movimento Estudantil em Juiz de Fora de 1974 a 1985*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

MULLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. Programa de Pós Graduação em História Social e Université de Paris 1 – PANTHEON SORBONNE. Centre d’Histoire Sociale du XXème Siècle. São Paulo / Paris, 2010.

Relatório da Comissão Nacional da Verdade, vol. II.